



# TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DA INTRODUÇÃO:

Este Termo de Referência tem como objetivos:

Definir o objeto a ser contratado;

Estabelecer as características do objeto a ser contratado, prazos, forma de execução, forma de pagamento, obrigações e deveres das partes;

# 2. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E QUANTIDADES:

#### 2.1. DO OBJETO:

2.1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de confecção e impressão de guias de IPTU ano base 2024, formato A4 (21x29,7cm), 1x1 preto, no papel Offset 75G, com dobra/cola/autoenvelopamento, com inserção de código de barras modelo Febraban e dados variáveis.

### 2.2. DA ESPECIFICAÇÃO:

- 2.2.1. A empresa contratada deverá prestar o serviço de confecção e impressão de guias de IPTU ano base 2024, formato A4 (21x29,7cm), 1x1 preto, no papel Offset 75G, com dobra/cola/autoenvelopamento, com inserção de código de barras modelo Febraban e dados variáveis.
- 2.2.2. A empresa contratada deverá executar o objeto da presente contratação com o prazo de entrega de 15 dias úteis após aprovação e homologação nos bancos pela contratante.
- 2.2.2.1. A empresa contratada deverá possuir equipamentos de confecção e impressão condizentes com a qualidade necessária do objeto.
- 2.2.2.3 O material deverá ser entregue pela gráfica no endereço rua Pereira Guimarães, nº 8, Centro, Mateus Leme, MG.
- 2.2.2.4. A confecção do presente objeto contratado se dará na sede da contratada, através de layout enviado pela contratante.

#### 2.3. DO QUANTITATIVO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR	VALOR
			UNIT.	GLOBAL
1	Guias de IPTU ano base 2024, formato A4 (21 x 29,7 cm), 1x1 preto,	37.500	R\$0,66	R\$ 24.750,00
	no papel Offset 75g, com  dobra/cola/autoenvelopamento, com inserção de códigos de barras modelo Febraban e dados variáveis.			





# 3. DA JUSTIFICATIVA/FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A Prefeitura Municipal de Mateus leme/MG, entende a importância de se contratar um serviço de confecção de guias de IPTU, visto a alta demanda do município e necessidade de mão de obra especializada.

3.2. Pretende-se com a presente contratação alcançar a necessidade da Administração no que diz respeito a cobrança de impostos aos contribuintes gerando arrecadação/ingresso de recursos financeiros aos cofres do município.

3.3. Diante disso, o Município de Mateus Leme busca através da contratação do serviço proposto, a economia de tempo dos servidores, organizar a prestação de serviço dos setores, otimizar a execução das tarefas e com isso, desenvolver um trabalho eficiente na Administração Pública e ampliar a capacidade organizacional.

3.4. A aquisição, com base na especificação técnica disposta no presente Termo de Referência, se monstra técnica e economicamente vantajosa, sendo a única disponibilizada pelo mercado que abrange a necessidade tal como apontada, conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar que subsidia a confecção do presente.

3.5. Ressalta-se que os valores estimados da presente contratação direta estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, conforme exige o art. 23 da Lei 14.133/21.

### 4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa contratada devera possuir os requisitos de habilitação disposto na Lei 14.133/2021, quais sejam:

4.2. Para a habilitação do fornecedor serão exigidas, exclusivamente, as condições de habilitação exigidos, nos termos do art. 62 c/c art. 72, ambos da Lei nº 14.133 de 2021.

4.3. Nos termos do art. 68 da Lei 14.133/21, as habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

4.3.1 A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

4.3.2 A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.3.3 A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

4.3.4 A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

4.3.5 A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

4.4 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

4.5 Situação do licitante no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais (Cadin-MG)

4.6 Situação do licitante no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Poder Executivo Estadual (CAFIMP)

4.7 A documentação exigida no presente poderá ser apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido por esta Administração.

#### 5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A empresa contratada deverá executar o objeto da presente contratação com o prazo de entrega de 15 dias úteis após aprovação e homologação nos bancos pela contratante.

5.4. A execução do presente objeto contratado se dará na sede da contratada.







- 5.5. Nos moldes do Art. 140 Lei 14.133/2022, os serviços deverão ser liquidados através de relatórios circunstanciados.
- 5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.
- 5.8. O CONTRATO a ser firmado entre a Administração e a empresa contratada, incluirá as condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, necessárias à fiel execução do objeto e também do Termo de Referência.
- 5.9. O CONTRATO firmado com a Administração não poderá ser objeto de cessão ou transferência, ficando o mesmo passível de penalidade e sanção, inclusive rescisão.
- 5.10. Correrá por conta da Empresa contratada qualquer indenização por danos causados a Administração ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto licitado.
- 5.12. A Administração se reserva o direito de não receber a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO em desacordo com o previsto no instrumento convocatório e Termo de Referência, podendo cancelar o CONTRATO e aplicar o disposto no artigo 137, da Lei Federal 14.133/21.
- 5.13. Verificando-se caso de força maior ou caso fortuito, nos do art. supracitado, a Empresa contratada se obriga a comunicar, por escrito, a Administração, a ocorrência do evento, suspendendo-se suas obrigações, enquanto perdurar tal situação.
- 5.14. A empresa contratada obriga-se a manter, durante toda a vigência do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Prefeitura Municipal, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do CONTRATO.

## <u>6. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR</u>

- 6.1. O critério de seleção adotado do fornecedor dos serviços será comprovado através de apresentação de menor preço.
- 6.2. Para além do critério alhures, será observado à adstrição os requisitos dispostos no presente, bem como a aptidão para o fornecimento do objeto em características, quantidades e prazos compatíveis com esta contratação.

#### 7. DO CUSTO ESTIMADO DA AQUISIÇÃO

- 7.1. Estima-se como gasto com a presente o importe de R\$ 24.750,00 (vinte e quatro mil setecentos e cinquenta reais).
- 7.2. Anexo ao presente segue as diretrizes e documentos e parâmetros utilizados que deram suporte à obtenção da estimativa alhures.
- 7.3. O valor da proposta deve abranger o deslocamento, impostos, entre outros custos.

#### 8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados neste exercício, na dotação abaixo discriminada:

03.01.01.04.129.0004.2022.33903900 Ficha 159

**8.2.** O atendimento ao plano anual de contratações foi atingido perante a Unidade 05 – Secretaria de Planejamento e Fazenda – 03 Outros Serviços Terceiros - PJ.

#### 9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal moldes da Lei 14.133/2022.





- 9.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando a Administração contratante atestar a execução/recebimento do objeto do contrato através do Termo Definitivo de Recebimento.
- 9.3. Para a execução do pagamento, a CONTRATADA deverá fazer constar na nota fiscal correspondente, sem rasura, o nome da Prefeitura Municipal de Mateus Leme, CNPJ nº 18.715.433/0001-99, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada, bem como o número da Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento.
- 9.3 O pagamento será realizado mediante transferência eletrônica de valores em conta bancária a ser indicada pelos licitantes vencedores.
- 9.4. Se o objeto não for entregue conforme condições propostas, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo.
- 9.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.
- 9.6. Se a Nota Fiscal ou Fatura for apresentada em desacordo ao contratado ou com irregularidades, o prazo para pagamento ficará suspenso, até que a Contratada providencie as medidas necessárias à sua regulamentação formal, não implicando qualquer ônus para a Administração.
- 9.7. O acompanhamento para fins de liquidação contratual se dará através do fiscal **Ênio Teixeira** De Menezes. Por sua vez, o contrato será acompanhado pelo gestor Sirlei Vinicius Resende.

# 10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente termo;
- 10.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste termo, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.3. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 10.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão/servidor especialmente designado, se for o caso;
- 10.5. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no presente termo.
- 10.6. Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO, nos termos do artigo 117, da Lei Federal n.º 14.133/21.
- 10.7. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO que venham a ser solicitados pelos colaboradores (empregados) da Contratada.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. A Contratada obriga-se a:
- 11.1.1 Executar o contrato no melhor padrão de qualidade e executar a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que a mesma venha cometer no desempenho de suas funções.
- 11.1.2 Prestar os esclarecimentos solicitados.
- 11.1.3 Permitir e facilitar à Fiscalização da Administração, inspeção da PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS a serem entregues, prestando todas as informações solicitadas pela Administração.
- 11.1.4 Informar à Fiscalização da Administração a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS no prazo



27

requisitado pela Administração e estabelecido pelo contrato, sugerindo as medidas para corrigir a situação.

- 11.1.5 Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas, resultantes do cumprimento deste instrumento.
- 11.1.6 Realizar a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO no endereço indicado, conforme os prazos estabelecidos, visando assegurar o seu pleno uso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento.
- 11.1.7 Executar a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO conforme solicitação da SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO responsável por gerir o CONTRATO, em sua totalidade, condições normais, na melhor técnica, obedecendo rigorosamente às normas de segurança pertinentes.
- 11.1.8 Atender prontamente às reclamações da Administração, bem como reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do CONTRATO em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
- 1.1.9 Designar um representante para acompanhar a execução do CONTRATO caso necessário.
- 1.1.10 Responsabilizar-se pela qualidade dos SERVIÇOS entregues, substituindo, imediatamente, aqueles que apresentarem qualquer categoria de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações, parte integrante deste Termo, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão do CONTRATO.
- 11.1.11 Providenciar, imediatamente, a correção das deficiências apontadas pela Prefeitura Municipal, com respeito à execução deste CONTRATO.
- 11.1.12 A empresa contratada obriga-se no direito de manter em toda a vigência do CONTRATO firmado entre as partes as condições de habilitação em dia.
- 11.1.13 O contratado deverá ter conhecimento pleno e satisfatório sobre o sistema informatizado de gestão pública utilizado pela Prefeitura Municipal de Mateus Leme/MG.

### 12. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 12.1. Caberá ao servidor em comento, fiscalizar a execução do objeto licitado, observando os prazos, condições e eventuais violações à execução do mesmo.
- 11.2.A fiscalização de que trata o item anterior não exclui ou reduz a responsabilidade da Contratada quanto aos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto licitado ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório ou emprego de material inadequado ou em qualidade inferior.

### 12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1 Pelo descumprimento total ou parcial das condições do CONTRATO, a Administração poderá aplicar à empresa contratada as sanções previstas no artigo 155 da Lei Federal 14.133/21, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis, garantida a ampla defesa:
- I I advertência;
- II Multa;
- III Impedimento de licitar e contratar;
- IV Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.2 Na aplicação das sanções serão considerados:
- I A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II As peculiaridades do caso concreto;
- III As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.





- 12.3. A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa quando a licitante der causa a inexecução parcial do objeto, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.4. A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.
- 12.5 A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.6. A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

#### <u>13. NORMAS DE REGÊNCIA</u>

- 13.1. A presente dispensa eletrônica de licitação é regida pela Lei 14.133/21.
- 13.2. Os casos omissos no presente Termo de Referência deverão observar a legislação de regência.

#### <u>14.</u> DO FORO

14.1. As partes elegem o foro da comarca de Mateus Leme - MG para dirimir quaisquer conflitos existentes dentre esta contratação.

Mateus Leme - MG, 05 de agosto de 2024

Sirlei Vinicius Resende

Secretário de Planejamento e Fazenda